

CONGRESSO

Governo não forma base sólida de apoio

Primeiro teste mostrou que ajuda dos partidos em votações tem caráter flutuante e continua a depender da negociação de cada caso

GUILHERME EVELIN

BRASÍLIA — O deputado Arnaldo Faria de Sá (PFL-SP), candidato a candidato a prefeito de São Paulo, é um governista de primeira hora. Pisou na bola uma vez, quando declarou que defendia a candidatura do ex-governador Orestes Quêrcia à Presidência, mas apoiou a candidatura do presidente Fernando Collor, foi líder do PRN na Câmara e integra a lista dos aliados tradicionais do governo no Congresso. Na última quarta-feira, Faria de Sá quebrou a praxe que ele mesmo instalou e foi um dos seis deputados do bloco governista a votar na Câmara contra o projeto de salário mínimo do governo.

Político matreiro, Faria de Sá, cuja base eleitoral é formada por aposentados e pensionistas em São Paulo, votou contra o governo por conta de um artigo que extinguiu a correção dos benefícios da Previdência Social, mas não deixou de dar uma mãozinha ao governo. Antes de votar contra o projeto que fixa em Cr\$ 230 mil o valor do salário mínimo, ele e outros 229 deputados ajudaram os líderes governistas a obter preferência de votação para a sua proposta — um truque do regimento parlamentar que foi decisivo para a vitória final do governo.

Concluída a votação, Faria de Sá conseguiu a retirada do artigo polêmico do projeto sem desagradar ao governo nem aos seus eleitores e vai poder exibir no palanque seu voto. O caso de Faria de Sá não é isolado e serve para mostrar algumas peculiaridades da votação do salário mínimo, primeiro teste da base de apoio ao governo no Congresso depois da reforma ministerial. Feitas as contas, o governo se saiu bem na Câmara, mas no Senado enfrentou uma rebelião dos seus aliados.

Ausentes — Alguns deles, deixaram de votar no projeto do Planalto simplesmente por estarem ausentes do plenário. Foi o caso dos senadores Ney Maranhão (PE), governista roxo e líder do PRN, e Guilherme Palmeira (AL), amigo dileto do coordenador político do governo, ministro Jorge Bornhausen, além do presidente do PFL, Hugo Napoleão, a quem o presidente Fernando Collor confiou oficialmente a missão de convidar Bornhausen para o governo. Outros até foram ao Senado, mas votaram contra o Planalto.

Essas e outras circunstâncias explicam por que tanto o governo quanto as oposições moderaram a alegria e as frustrações, e saíram do primeiro teste da base governista com a

José Paulo Lacerda/AE—15/4/92



Estilo revelado

Bornhausen: afável com os que ajudam o governo e duro com amigos que ameaçam com atos de traição

convicção de que ele foi apenas um ensaio heterodoxo do primeiro teste real. O teste para valer deverá ocorrer com a votação dos primeiros projetos da pauta prioritária da Câmara — desregulamentação dos portos, entre outros. “Não foi uma vitória do governo, apesar de que, se ele tivesse perdido, teria sido uma derrota”, comenta o dialético Faria de Sá. “Não foi uma vitória do Collor, mas de Aristóteles”, acrescenta o lógico Delfim Netto (PDS-SP).

A lógica diz o seguinte: o governo deixou de faturar alguns votos por razões eleitorais, mas não perdeu a batalha, entre outros motivos, porque teve o providencial apoio de governadores e ex-governadores que não são seus aliados automáticos. No caso da votação, a intenção do Planalto de dar um salário mínimo de Cr\$ 230 mil coincidiu com os interesses de governadores e prefeitos, de caixa baixa. Acionados pelo ministro Bornhausen, dois governadores do PMDB, Íris Rezende (GO) e Jäder Barbalho (PA), descarregaram votos de suas bancadas a favor do governo.

Telegramas — O governador Hélio Garcia, de Minas Gerais, garantiu o apoio ao governo dos três deputados do seu minúsculo partido, o PRS, e influenciou em alguns votos do

PSDB e do PMDB. Depois de um jantar com Bornhausen, o ex-governador Alvaro Dias (PR), dono do PST, deu o apoio de sete dos nove deputados do partido. “Fomos pressionados por nossas bases e associações de prefeitos, que mandaram telegramas exigindo o voto no salário de Cr\$ 230 mil”, tentou justificar o líder do PST na Câmara, deputado Luis Carlos Hauly (PR), que, até à votação do projeto do salário mínimo, estava com a oposição.

A maioria com o apoio desses governadores não é segura. E apenas eventual. Fundamental no episódio do salário mínimo, o PST promete fazer oposição ao governo em outras votações, se for dado crédito às declarações públicas do líder Hauly. Em outras circunstâncias, essa maioria eventual pode ter um custo muito alto, com barganhas políticas em troca de votos. Em uma das suas últimas passagens por Brasília, o governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães (PFL), advertiu Bornhausen de que o governo não deveria trabalhar no Congresso para obter uma maioria para cada votação. “Isso pode sair muito caro”, alertou ACM. Bornhausen concordou. Tudo indica que agora ele vai começar a trabalhar por uma maioria consolidada e uma base mais segura.